
***Goldman Sachs do
Brasil
Banco Múltiplo S.A. –
Conglomerado
Prudencial***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas Notas 2 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução no 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as Notas 2 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" as quais divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado,



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 10 de março de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" e 3 - "Principais Práticas Contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0



Conglomerado Prudencial Goldman Sachs
CNPJ: 04.332.281/0001-30

Balço Patrimonial Consolidado
Em 31 de Dezembro
Em R\$ mil

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	6.803.620	9.702.123	Circulante	5.001.741	8.281.441
Disponibilidades	11.918	9.316	Depósitos (nota 14)	42.696	23.447
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	1.823.449	1.398.803	Depósitos interfinanceiros	35.089	-
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	1.801.003	1.298.855	Depósitos a prazo	7.607	23.447
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	22.446	99.948	Captações no mercado aberto (nota 15)	491.348	1.200.922
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.566.763	6.202.099	Carteira própria	100.550	469.045
Carteira própria (nota 8)	1.021.490	1.528.860	Carteira livre movimentação	390.798	731.877
Vinculados a compromissos de recompra (nota 8)	102.651	469.671	Obrigações por empréstimos (nota 16)	1.668.159	1.138.165
Vinculados a prestação de garantias (nota 8)	1.168.065	1.434.907	Empréstimos no exterior	1.668.159	1.138.165
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	2.274.557	2.768.661	Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	2.316.380	5.105.718
Outros créditos	400.727	2.090.787	Instrumentos financeiros derivativos	2.316.380	5.105.718
Carteira de câmbio (nota 11)	49.776	15.425	Outras obrigações	483.158	813.189
Rendas a receber	1	64.279	Sociais e estatutárias (nota 18 (a))	59.500	59.500
Negociação e intermediação de valores (nota 17)	276.780	1.911.049	Carteira de câmbio (nota 11)	49.950	15.484
Diversos (nota 12)	74.170	100.034	Fiscais e previdenciárias (nota 18 (b))	124.833	115.864
Outros valores e bens	763	1.118	Negociação e intermediação de valores (nota 17)	102.969	418.690
Despesas antecipadas	763	1.118	Diversas (nota 18 (c))	145.906	203.651
Realizável a longo prazo	1.469.792	3.180.185	Exigível a longo prazo	1.914.202	3.338.105
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	-	104.481	Depósitos (nota 14)	45.953	142.365
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	-	104.481	Depósitos interfinanceiros	2.963	2.599
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.436.004	3.024.854	Depósitos a prazo	42.990	139.766
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.436.004	3.024.854	Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.816.514	3.128.727
Outros créditos	33.788	50.850	Instrumentos financeiros derivativos	1.816.514	3.128.727
Diversos (nota 12)	138.482	50.850	Outras obrigações	51.735	67.013
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 12)	(104.694)		Diversas (nota 18 (b))	51.735	67.013
Permanente	30.645	36.140	Patrimônio líquido	1.388.114	1.298.902
Imobilizado de uso (nota 13 (a))	30.645	36.140	Capital social	1.383.596	1.383.596
Outras imobilizações de uso	73.652	78.382	De domiciliados no exterior (nota 20 (a))	1.383.596	1.383.596
(-) Depreciações acumuladas	(43.007)	(42.242)	Reserva de capital (nota 20 (d))	5.652	14.436
Total do Ativo	8.304.057	12.918.448	Prejuízos acumulados	(1.134)	(99.130)
			Total do Passivo e Patrimônio líquido	8.304.057	12.918.448

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs - Demonstrações Financeiras

Diretor-Presidente: Paulo Carvalho Leme
Diretoria: Antonio R. G. P. da S. Pereira
C Douglas Fuge
Daniel Motta C. Silva

Fernando P. Vallada
Gersoní A. F. M. Munhoz
Juliano Meira Campos Arruda

Kathia Aparecida Autuori
Sílvia Regina Valente

Contadora:
Tatiana L. M. Navarro Baldívieso
1SP240271/O-7



Conglomerado Prudencial Goldman Sachs
CNPJ: 04.332.281/0001-30

Demonstração de Resultado
Em 31 de Dezembro
Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	<u>2º Semestre</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas da intermediação financeira	343.528	799.595	703.761
Operações de crédito (nota 10)	-	-	9.758
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	331.468	759.032	630.322
Resultado de operações de câmbio	12.060	40.563	63.681
Despesas da intermediação financeira	(264.810)	(591.364)	(344.729)
Operações de captação no mercado aberto	(57.010)	(164.518)	(193.830)
Operações de empréstimos e repasses	(56.419)	134.673	(364.759)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 9 (e))	(151.381)	(456.825)	220.720
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (nota 10 (a))	-	-	(7.574)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 10)	-	(104.694)	714
Resultado bruto da intermediação financeira	78.718	208.231	359.032
Outras receitas (despesas) operacionais	5.443	34.336	(14.701)
Receitas de prestação de serviços (nota 23 (c))	184.701	405.167	499.948
Despesas de pessoal (nota 23 (d))	(119.126)	(260.007)	(331.353)
Outras despesas administrativas (nota 23 (e))	(40.581)	(87.774)	(128.160)
Despesas tributárias (nota 23 (f))	(25.615)	(49.121)	(53.048)
Outras receitas operacionais (nota 23 (g))	9.891	65.463	58.446
Outras despesas operacionais (nota 23 (h))	(3.827)	(39.392)	(60.534)
Resultado operacional	84.161	242.567	344.331
Resultado não operacional (nota 23 (i))	626	3.022	561
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	84.787	245.589	344.892
Imposto de renda e contribuição social (nota 19)	2.726	(73.242)	(94.807)
Provisão para imposto de renda	(26.069)	(39.994)	(17.019)
Provisão para contribuição social	(21.703)	(32.577)	(10.615)
Provisão para imposto de renda diferido	28.054	(373)	(35.613)
Provisão para contribuição social diferida	22.444	(298)	(31.560)
Participações estatutárias no lucro	(2.083)	(4.351)	(4.255)
Lucro líquido do semestre/exercício	85.430	167.996	245.830
Lucro por ação (em reais)	0,06	0,12	0,18
Juros sobre o capital próprio	(70.000)	(70.000)	(70.000)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Conglomerado Prudencial Goldman Sachs
CNPJ: 04.332.281/0001-30

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de Dezembro
Em R\$ mil

	Capital Social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.383.596	7.747	(274.960)	1.116.383
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 20 (d))	-	6.689	-	6.689
Lucro líquido do exercício	-	-	245.830	245.830
Juros sobre o capital próprio	-	-	(70.000)	(70.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.383.596	14.436	(99.130)	1.298.902
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 20 (d))	-	(8.784)	-	(8.784)
Lucro líquido do exercício	-	-	167.996	167.996
Juros sobre o capital próprio	-	-	(70.000)	(70.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.383.596	5.652	(1.134)	1.388.114
Saldos em 30 de junho de 2016	1.383.596	31.529	(16.564)	1.398.561
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 20 (d))	-	(25.877)	-	(25.877)
Lucro líquido do semestre	-	-	85.430	85.430
Juros sobre o capital próprio	-	-	(70.000)	(70.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.383.596	5.652	(1.134)	1.388.114

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Em 31 de Dezembro
Em R\$ mil

	<u>2º Semestre</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	40.248	312.099	291.360
Lucro líquido do semestre/exercício	85.430	167.996	245.830
Ajustes ao lucro líquido	(45.182)	144.103	45.530
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(577)	26.417	(50.816)
Baixa no valor contábil do imobilizado de uso e diferido	131	131	4.908
Depreciação e amortização	3.679	7.864	20.799
Constituição/reversão de provisões	-	(25)	(76)
Constituição/(reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	104.694	(714)
Participações no lucro	2.083	4.351	4.255
Provisão para impostos e contribuições diferidos	(50.498)	671	67.174
Variação de ativos e obrigações	(149.556)	(180.020)	(788.339)
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(79.230)	45.264	(1.102.559)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(53.282)	(877.365)	914.904
Redução em operações de crédito	-	-	142.833
(Aumento)/redução em outros créditos	2.327.993	1.602.428	(1.762.930)
(Aumento)/redução em outros valores e bens	52	355	(342)
Aumento/(redução) em depósitos	21.257	(70.572)	(109.412)
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	35.268	(602.480)	1.013.487
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.665)	(40.258)	(68.620)
Aumento/(redução) em outras obrigações	(2.457.050)	(318.857)	87.606
Juros recebidos	133.774	209.570	215.929
Juros pagos	(56.672)	(128.105)	(119.235)
Caixa (utilizado) nas atividades operacionais	(109.308)	132.079	(496.979)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso e diferido	(1.225)	(2.590)	(311)
Baixa de imobilizado	-	116	-
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento	(1.225)	(2.474)	(311)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação em obrigações por empréstimos	358.872	544.413	135.774
Juros sobre o capital próprios pagos	-	(70.000)	-
Caixa (utilizado) originado nas atividades de financiamento	358.872	474.413	135.774
<u>(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>248.339</u>	<u>604.018</u>	<u>(361.516)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	338.001	9.316	320.016
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	577	(26.417)	50.816
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	586.917	586.917	9.316
<u>(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>248.339</u>	<u>604.018</u>	<u>(361.516)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

1) Contexto operacional

O Conglomerado Prudencial Goldman Sachs (“Conglomerado Prudencial” ou “Conglomerado”) é composto pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) e por sua subsidiária integral Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”).

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs (“Grupo”), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008 o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008 o Banco Central do Brasil (“BACEN”) autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs (“Conglomerado”).

Em dezembro de 2009 o Banco iniciou atividade de gestão de grandes fortunas (*Private Wealth Management* – (“PWM”). Em junho de 2015, o Banco comunicou sua decisão de reorientar a atividade de PWM no Brasil, passando a focar no negócio de investimento global, descontinuando a atividade de gestão de fundos e carteiras locais.

Em 10 de março de 2017, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas nos termos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional, da Circular nº 3.701/14, do BACEN, e regulamentações complementares.

Dessa forma, nos termos do artigo 1º, da Circular 3.701/14, foram utilizados requisitos que possibilitaram a apuração das informações contábeis das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial sujeitas à consolidação, como se em conjunto representassem entidade única, baseando-se preponderantemente nas técnicas de consolidação de demonstrações financeiras.

Ainda, conforme disposto no artigo 7º, da Resolução 4.280/13, na elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram aplicadas as definições e os critérios de avaliação e

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Por fim, para fins de consolidação e apresentação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram observados os procedimentos constantes do COSIF.

3) Principais práticas contábeis

(a) Consolidação

Conforme disposto no artigo 1º, da Resolução nº 4.280/13, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das entidades localizadas no país sobre as quais o líder do conglomerado, qual seja, o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., detém controle direto ou indireto.

Nos termos do inciso I, do artigo 3º, da Resolução nº 4.280/13, a existência de controle fica caracterizada por participações em empresas localizadas no país em que o líder do conglomerado detenha, direta ou indiretamente, isoladamente ou em conjunto com outros sócios, direitos de sócio que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais ou poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores.

Assim sendo, diante do acima exposto, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., enquanto subsidiária integral do Banco, caracteriza-se como entidade integrante do Conglomerado Prudencial.

Os saldos das contas patrimoniais e transações entre as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas advindas de operações entre entidades, são eliminados no processo de consolidação.

(b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

(c) Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do exercício. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta corrente e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

(e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

(f) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período. (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajuste ao valor de mercado - TVM”. (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

(g) Instrumentos financeiros derivativos

Em conformidade com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de *swaps* e outros, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado.

(h) Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias,

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 10).

(i) Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08 (nota 10 (a)), a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As operações de cessão de créditos classificadas na categoria “com retenção substancial dos riscos e benefícios” permanecem registradas no ativo em sua totalidade. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida. As receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação.

(j) Permanente

- **Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles desses bens. Demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil-econômica do bem.

- **Ativo diferido**

O CMN, através da Resolução nº 4.534/16 e Carta – Circular nº 3.791/16, vedou o registro de ativo diferido a partir da data de 1º de dezembro de 2016. Os saldos contabilizados no ativo diferido foram reclassificados para as adequadas contas do ativo, de acordo com a natureza a que se referiam, ou baixados, na forma da regulamentação em vigor. Em 2015, estava representado pelos gastos pré-operacionais e de mudança da sede social do Banco, registrados ao custo de aquisição deduzidos da amortização pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

(k) Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

seus custos de venda e o seu valor em uso. Não há *impairment* a ser reconhecido sobre ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(l) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realização futura e/ou as provisões para perdas.

Os créditos tributários calculados sobre os saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são medidos pela aplicação das alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% no caso do imposto de renda, e 20% no caso da contribuição social sobre o lucro líquido a partir de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada à 30% do referido lucro, se maior que o total de ativo diferido constituído.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os créditos tributários citados acima não estavam registrados contabilmente (nota 19), os quais somente serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização e forem atendidos todos os requisitos estabelecidos pelo BACEN para seu reconhecimento contábil.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "*pro rata*") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

A provisão para imposto de renda federal é constituída utilizando-se a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável entre o período de 01 de janeiro de 2015 e 31 de agosto de 2015. A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% para o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada de acordo com os procedimentos introduzidos pela Instrução Normativa nº 1.591, de 05 de novembro de 2015, editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

(m) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(n) Plano de incentivo de ações

Os funcionários elegíveis do Conglomerado participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (nota 22 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, “Outras Obrigações – Diversas”, em função do acordo de repagamento entre o Conglomerado e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

(o) Reclassificação das cifras comparativas

A partir do exercício de 2016, o Conglomerado reclassificou a totalidade do diferido para imobilizado de uso, de acordo com a legislação vigente aplicável, dessa forma os saldos do diferido no montante de R\$ 26.205 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentadas para fins de comparação, também foram reclassificadas. A respectiva reclassificação não teve impactos no total de Ativo, Patrimônio Líquido ou Lucro líquido do Conglomerado.

4) Gerenciamento de capital

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11 e com a Circular nº 3.547/11 do BACEN. Tais medidas estão alinhadas com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital (“Política”) que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

(a) Estrutura de capital

Há duas principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

- **Exigências de Capital - Basileia** – O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- **Exigências de Capital – Limite de Exposição por Cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do capital do Conglomerado.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital (“CCP”) que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delinea procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (Pilar III) e nº 3.716/14, as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

5) Gerenciamento de risco – Visão geral

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões sócios-ambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos/controles e pessoas.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.721/09, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de renda), reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco (comitês globais da firma) criam e revisam políticas e parâmetros de crédito ao nível do grupo GS. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para a Goldman Sachs Brasil e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assuma uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

(b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.
- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- Risco de preço de *commodities*: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias “*commodities*”.

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

O Conglomerado emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo, como por exemplo:

- As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.
- Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse.

Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

(c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, e melhores práticas de mercado, o Conglomerado implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

(d) Risco de liquidez

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado Goldman Sachs observa e atende os termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.090/12.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o diretor-estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

6) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 11.918 (2015 – R\$ 9.316) e por aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 574.999 (2015 – zero) (nota 7 (a)).

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

7) Aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2016, estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 1.801.003 (2015 – R\$ 1.298.855) e compostas conforme abaixo demonstrado.

		2016	2015
	Vencimento	Custo corrigido	Custo corrigido
<u>Posição bancada:</u>			
Sem acordo de livre movimentação			
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 3 meses	574.999	-
Subtotal		574.999	-
Com acordo de livre movimentação			
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 3 meses	228.062	114.697
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Até 3 meses	486.514	438.303
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 3 meses	70.750	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 3 meses	44.056	-
Subtotal		829.382	553.000
<u>Posição vendida:</u>			
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 3 meses	76.600	266.930
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Até 3 meses	231.416	478.925
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 3 meses	30.410	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 3 meses	58.196	-
Subtotal		396.622	745.855
Total		1.801.003	1.298.855

(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2016, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 22.446 (2015 – R\$ 204.429). Em 2016 e 2015, as aplicações tinham vencimento até 09 de janeiro de 2017 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

8) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria “títulos para negociação”.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

Os valores de mercado dos títulos públicos representam o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

(a) Composição por classificação e tipo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Composição da carteira	Custo corrigido	Valor de mercado
Carteira Própria	1.048.530	1.021.490
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	59	2.488
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	253.961	1.311.414
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	546.668	151.377
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	247.843	63.581
Notas do Tesouro Nacional (NTN-I)	-	-
Vinculados a Compromisso de Recompra	101.108	469.671
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	496.671
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	101.108	-
Vinculados a Prestação de Garantias na BM&FBOVESPA	1.549.744	1.419.403
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	11.936
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	141.099	578.340
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	284.885	167.290
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	1.123.760	661.837
Vinculados a Prestação de Garantias – Outros	-	15.504
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	15.504
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-
Total da carteira	2.699.383	3.433.438

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

(b) Classificação e composição por prazo de vencimento

					2016	2015
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos para negociação (1)						
Carteira própria	77.577	35.570	442.031	466.312	1.021.490	1.528.860
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	-	102.651	102.651	469.671
Vinculados a prestação de garantias – BM&FBOVESPA (2)	-	1.122	616.131	550.811	1.168.065	1.419.403
Vinculados a prestação de garantia – Outros	-	-	-	-	-	15.504
Total	77.577	36.692	1.058.163	1.119.774	2.292.206	3.433.438

(1) Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

(2) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à *clearing* de derivativos BM&FBOVESPA.

9) Instrumentos financeiros derivativos

Estão representados por operações de futuros, *swap*, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na BM&FBOVESPA ou na CETIP, conforme o caso, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial.

O Conglomerado atua no mercado de futuros da BM&FBOVESPA, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge* global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Conglomerado não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como “VaR”.

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Conglomerado é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela BM&FBOVESPA.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

A precificação das operações de *swap* e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria BM&FBOVESPA.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro estão representados como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	2016 Valor nominal	2015 Valor nominal
Operações de swap	1.579.719	(1.859.005)	121.237.100	118.360.354
CDI x Euro	448.528	-	1.950.514	1.950.514
CDI x Fundo de índice	-	-	-	64.978
CDI x Índice de ação	-	-	-	10.934
CDI x IPCA	-	(6.742)	469.845	-
CDI x Libor	4.281	(97.476)	746.182	1.072.661
CDI x Pré	211.061	(435.993)	70.335.117	56.455.962
CDI x USD	37.922	(287.791)	3.862.522	7.536.104
Euro x CDI	-	(448.150)	1.950.514	1.950.514
Fundo de índice x Pré	-	-	-	42.189
Índice de ação x CDI	-	-	-	75.868
Libor x CDI	-	(4.303)	409.216	409.216
Libor x USD	1.354	(2.161)	694.728	1.280.167
Ouro x Outros	-	-	-	6.350
Outros x Ouro	-	-	-	6.350
Pré x Fundo de índice	-	-	-	42.197
Pré x CDI	562.331	(2.788)	29.195.527	40.149.800
Pré x Libor	-	-	-	90.400
Pré x USD	-	(20.640)	74.136	357.808
USD x CDI	202.285	(363.622)	5.641.636	5.377.533
USD x Libor	894	(474)	508.302	904.575
USD EMTA x USD Pré	110.972	(188.774)	5.369.483	576.234
Outros x Outros	91	(91)	29.378	-
Opções de ações	8.019	(8.056)	217.580	132.450
Compra de opção de	7.829	-	54.395	31.109

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

compra				
Venda de opção de compra	-	(7.866)	54.395	31.159
Compra de opção de venda	190	-	54.395	35.091
Venda de opção de venda	-	(190)	54.395	35.091
Opções de moeda	-	-	-	61.893.258
Compra de opção de compra	-	-	-	15.768.729
Venda de opção de compra	-	-	-	16.529.529
Compra de opção de venda	-	-	-	13.977.400
Venda de opção de venda	-	-	-	15.617.600
NDF (Non-Deliverable Forward) de Moedas	126.066	(170.568)	7.947.991	26.294.174
Posição comprada	15.762	(170.566)	5.193.375	14.315.011
Posição vendida	110.304	(2)	2.754.615	11.979.163
Outros derivativos	117	(98.539)	1.225.087	2.850.639
Posição comprada	4	(113)	76.709	1.421.935
Posição vendida	113	(98.426)	1.148.378	1.428.704
Operações com futuros	30.294	(19.061)	51.712.092	43.356.827
Posição comprada	-	(17.577)	46.794.833	31.283.805
Cupom cambial - DDI	-	(17.401)	1.878.404	10.963.816
DI de 1 dia	-	(176)	44.916.429	16.905.792
Dólar	-	-	-	3.414.197
Posição vendida	30.294	(1.484)	4.917.259	12.073.022
Cupom cambial - DDI	23.201	-	2.395.656	2.340.048
DI de 1 dia	-	(1.484)	1.667.714	3.197.315
Dólar	7.093	-	853.889	6.535.659
Termo de título público	1.996.674	(1.996.761)	1.996.658	943.936
Compra a termo de título público	1.261.352	(1.261.455)	1.261.352	787.346
Venda a termo de título público	735.322	(735.306)	735.306	156.590
Total	3.740.889	(4.151.990)	184.336.507	253.831.638

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários a liquidar junto a BM&FBOVESPA, acrescidos dos respectivos emolumentos estão contabilizados na rubrica “Negociação e intermediação de valores” (nota 17).

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

(b) Composição do valor nominal por contraparte

	2016				2015	
	Instituições Financeiras	Corporate	Institucional	BM&FBovespa	Total	Total
Swaps	6.711.454	2.172.283	112.353.363	-	121.237.100	118.360.354
Opções	-	108.790	108.790	-	217.580	62.025.708
NDF (<i>Non-Deliverable Forward</i>)	-	88.490	7.859.500	-	7.947.991	26.294.174
Outros derivativos	80.118	-	1.144.969	-	1.225.087	2.850.639
Operações com futuros	-	-	-	51.712.092	51.712.092	43.356.827
Termo de título público	1.996.658	-	-	-	1.996.658	943.936
Total	8.788.230	2.369.563	121.466.622	51.712.092	184.336.507	253.831.638

(c) Composição do valor nominal por local de negociação

	2016			2015
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	-	121.237.100	121.237.100	118.360.354
Opções	-	217.580	217.580	62.025.708
NDF (<i>Non-Deliverable Forward</i>)	-	7.947.991	7.947.991	26.294.174
Outros derivativos	-	1.225.087	1.225.087	2.850.639
Operações com futuros	51.712.092	-	51.712.092	43.356.827
Termo de título público	-	1.996.658	1.996.658	943.936
Total	51.712.092	132.624.415	184.336.507	253.831.638

(d) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de *swap*, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	2016			2015
	Valor de custo	Ganhos/perdas não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	3.115.796	594.799	3.710.595	5.793.515
Operações de <i>swap</i>	992.844	586.875	1.579.719	3.583.848
Operações de NDF	133.481	(7.415)	126.066	372.834
Operações de opções	(7.586)	15.722	8.136	892.897
Termo de título público	1.997.057	(383)	1.996.674	943.936
Passivo	(3.292.060)	(840.869)	(4.132.929)	(8.234.445)

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

Operações de <i>swap</i>	(1.239.067)	(619.938)	(1.859.005)	(4.413.778)
Operações de NDF	(161.043)	(9.525)	(170.568)	(389.549)
Operações de opções	105.586	(212.181)	(106.595)	(2.486.512)
Termo de título público	(1.997.536)	775	(1.996.761)	(944.606)

(e) Resultado com derivativos

	2016	2015
<i>Swaps</i>	(1.018.976)	(812.926)
Futuros	(397.291)	2.363.502
NDF (Non-deliverable forward)	1.022.093	(1.295.374)
Opções	(58.416)	(33.739)
Outros	(4.236)	(743)
Total	(456.825)	220.720

10) Operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa

A classificação das operações de crédito e constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa observam os seguintes critérios, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99:

- As operações de crédito devem ser classificadas em nove níveis de risco, entre “AA” (risco mínimo / nulo – 0%) e “H” (risco máximo – 100%); e
- A provisão para crédito de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco. Essa classificação leva em consideração, dentre outras variáveis, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

Não há saldos em aberto de Operações de Crédito em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a receita de operações de crédito é de R\$ 9.758. Ademais, considerando que a operação de crédito foi liquidada em junho de 2015, a respectiva provisão para crédito de liquidação duvidosa foi revertida no montante de R\$ 714.

(a) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

Em 30 de setembro de 2014, o Banco cedeu o montante de R\$ 141.301, referente à operação de crédito, com retenção substancial de riscos e benefícios. Os créditos cedidos, com “retenção substancial dos riscos e benefícios” permanecendo em sua totalidade registrada no ativo. Os valores recebidos na operação foram registrados no ativo tendo como contrapartida a rubrica “Outras Obrigações – Diversas” até a data de sua liquidação, referente à obrigação assumida e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada no resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2015, a despesa auferida é de R\$ 7.574 e foi registrada na rubrica “Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”. A operação de cessão de crédito realizada em setembro de 2014 foi liquidada em 19 de junho de 2015.

11) Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro, os saldos são compostos por:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	9.003	8.932
Direitos sobre vendas de câmbio	40.773	6.493
Total	<u>49.776</u>	<u>15.425</u>
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	40.896	6.537
Obrigações por compra de câmbio	9.054	8.947
Total	<u>49.950</u>	<u>15.484</u>

12) Outros créditos

(a) Diversos

Em 31 de dezembro, os saldos são compostos por:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos e contribuições a compensar	33.790	50.851
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 21 (a))	72.241	95.433
Outros (1)	106.621	4.600
Total	<u>212.652</u>	<u>150.884</u>

(1) “Outros” refere-se, principalmente, a créditos a receber originados de operações de instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694 (2015 – zero), para os quais foi constituída provisão equivalente a 100% do saldo a receber, registrada na rubrica “Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa – Sem característica de concessão de crédito” (nota 12 (b)).

(b) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Refere-se a provisão equivalente a 100% do saldo de títulos a receber (nota 12 (a)) originados de operações com instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694 (2015 – zero).

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

13) Permanente

(a) Imobilizado de uso

	Taxa anual depreciação	2016			2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos de uso (1)	10%	46.396	(19.876)	26.520	59.568	(27.214)	32.354
Imobilizações em curso	-	1.792	-	1.792	16.551	(13.309)	3.242
Comunicação	10%	15.775	(14.258)	1.517	-	-	-
Processamento de dados	20%	9.689	(8.873)	816	2.263	(1.719)	544
Total		73.652	(43.007)	30.645	78.382	(42.242)	36.140

Durante o exercício de 2015, o Conglomerado reconheceu uma perda no valor de R\$ 4.581 em contrapartida à rubrica “Resultado Não Operacional”, principalmente em decorrência da baixa do valor contábil do imobilizado para o seu valor recuperável.

(1) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.534/16 e a Carta-Circular nº 3.791/16, os saldos relativos a gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros, no montante de R\$ 22.995, foram reclassificados para a rubrica “Imobilizado de uso - Instalações, móveis e equipamentos de uso”. O saldo referente à constituição e reestruturação da sociedade, no montante de R\$ 131, foi baixado, no resultado do período, em contrapartida à rubrica “Resultado não operacional”. Para fins de comparabilidade, os saldos em 31 de dezembro de 2015 relativos aos gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros, no montante de R\$ 26.205, foram reclassificados para imobilizado de uso.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração decidiu por otimizar a utilização do imóvel de terceiros, sede de seu escritório, e como consequência efetuar o distrato do aluguel de um dos andares, inicialmente previsto para encerrar em outubro de 2022, até então sublocado. Em razão da não expectativa de geração de benefícios econômicos futuros na utilização do espaço, em 31 de dezembro de 2015, foi reconhecido a não recuperabilidade das benfeitorias do andar contabilizadas no montante de R\$ 8.292 em contrapartida à rubrica de resultado do período “Outras Despesas Administrativas - Depreciação e Amortização”.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

14) Depósitos

	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	38.052	2.599
De 1 a 90 dias	35.089	-
A vencer após 360 dias	2.963	2.599
Depósitos a prazo	50.597	163.213
De 1 a 90 dias	-	21.680
De 91 até 360 dias	7.607	1.767
A vencer após 360 dias	42.990	139.766
Total de depósitos	88.649	165.812
Circulante	42.696	23.447
Exígível a longo prazo	45.953	142.365

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, foram contratados a taxas que variam entre 98% a 100% do CDI.

Depósitos a prazo, representado por captações em Certificados de Depósitos Bancários com clientes, contratados a taxas que variam entre 98% a 100% do CDI, sendo a totalidade de R\$ 50.597 (2015 – R\$ 141.533) correspondente a transações com partes relacionadas (nota 21 (a)).

15) Captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 491.348 (2015 – R\$ 1.200.922), sendo:

- R\$ 100.550 (2015 – R\$ 469.045) correspondem a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e liquidadas em 2 de janeiro de 2017, sendo a totalidade (2015 – R\$ 86.045) referente a transações com partes relacionadas (nota 21 (a)); e
- R\$ 390.798 (2015 – R\$ 731.877) correspondem a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-B e NTN-F.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

16) Obrigações por empréstimos

Em 31 de dezembro referem-se a empréstimos captados no exterior junto à Goldman Sachs Group Inc., Nova Iorque, em dólar, como segue:

	2016		2015
	Até 3 meses	Total	Total
Captações em moeda estrangeira - USD	1.668.159	1.668.159	1.138.165
Total em reais equivalentes	1.668.159	1.668.159	1.138.165

17) Negociação e intermediação de valores

No ativo, refere-se a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias de Câmbio (“BMC”) no montante de R\$ 162.955 (2015 – R\$ 175.716), a devedores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 32.306 (2015 – R\$ 103.103), e a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 81.519 (2015 – R\$ 70.781). Em 31 de dezembro de 2015 referem-se também a contratos de opções a serem liquidados em 04 de janeiro de 2016, no ativo e no passivo, no montante de R\$ 1.561.449 e R\$ 374.529, respectivamente.

No passivo, refere-se a comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 787 (2015 – R\$ 877), e a credores – contas liquidações pendentes no montante de R\$ 102.182 (2015 – R\$ 43.187).

18) Outras obrigações

(a) Sociais e estatutárias

Referem-se aos valores a serem pagos a título de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 70.000 (2015 – R\$ 70.000), líquido do imposto de renda retido na fonte de 15% no montante de R\$ 10.500 (2015 – R\$ 10.500) a suas controladoras, The Goldman Sachs Group, Inc. e Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C.

(b) Fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2016	2015
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ e CSLL) (1)	92.401	91.730
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	8.858	-
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	5.336	5.102
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	18.238	19.032
Total	124.833	115.864

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

(1) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

(c) Diversas

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para despesas de pessoal	68.278	112.413
Valores a pagar sociedades ligadas (nota 21(a))	82.557	99.056
Provisão para outras despesas administrativas (1)	36.986	49.447
Credores diversos - país	6.680	8.718
Provisão para passivos contingentes (nota 23 (a))	-	974
Outros pagamentos	3.140	56
Total	<u>197.641</u>	<u>270.664</u>

(1) Refere-se principalmente a provisão de encargos sociais sobre os saldos referentes ao pagamento baseado em ações no valor de R\$ 33.944 (2015 – R\$ 44.274).

19) Imposto de renda (IR), contribuição social (CS) e créditos tributários

Os impostos e contribuições a recolher no exercício são demonstrados como segue:

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	245.589	245.589	344.892	344.892
Participação nos Lucros	(4.351)	(4.351)	(4.255)	(4.255)
Juros sobre o Capital Próprio	(70.000)	(70.000)	(70.000)	(70.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	171.238	171.238	270.637	270.637
Imposto de renda (25%) e contribuição social (15% vigente até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro 2015)	42.809	34.248	67.659	54.128
Diferenças temporárias sem registro de ativo diferido fiscal	12.215	9.772	5.091	4.073
Diferenças temporárias com registro de passivo diferido fiscal	(1.047)	(838)	(50.631)	(40.505)
Diferenças permanentes	(463)	221	1.968	2.099
Diferença de alíquota da contribuição social – Lei 13.169/2015	-	-	-	(3.539)
Compensação de prejuízo fiscal - não registrado contabilmente	(15.062)	-	(7.068)	-
Compensação de base negativa de CSLL - não registrado contabilmente	-	(12.049)	-	(5.641)
Outros	1.542	1.223	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>39.994</u>	<u>32.577</u>	<u>17.019</u>	<u>10.615</u>

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

A provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos nos montantes de R\$ 51.334 (2015 – R\$ 50.961) e R\$ 41.067 (2015 – R\$ 40.769) respectivamente, são originados de ajustes de marcação a mercado de instrumentos financeiros.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, nos montantes de R\$ 81.846 (2015 – R\$ 83.043) e R\$ 49.404 (2015 – R\$ 50.130), respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram registrados contabilmente, os quais serão quando apresentarem efetivas perspectivas de realização e atendidos todos os requisitos estabelecidos pelas autoridades monetárias.

20) Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de dezembro de 2016, por 1.383.596.500 (2015 – 1.383.596.500) ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

(b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, a Diretoria pode declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço. Não foram provisionados dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Ainda, por deliberação da Diretoria, o Banco pode pagar ou creditar aos seus acionistas, individualizadamente, juros a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

No exercício de 31 de dezembro de 2016, através da reunião de Diretoria de 27 de dezembro de 2016, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, no montante de R\$ 70.000 (2015 – R\$ 70.000). O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 22.050 (2015 - R\$ 22.050), após a compensação do prejuízo fiscal.

(c) Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

(d) Reservas de capital

A Resolução CMN nº 3.989, de 30 de junho de 2011, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012 a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 22 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 03 de dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica “Reserva de capital” totaliza R\$ 5.652 (2015 – R\$ 14.436), sendo composta por ajuste de marcação a mercado negativo sobre o pagamento baseado em ações no montante de R\$ 22.589 (2015 - R\$ 13.805), e contribuição ao capital no montante de R\$ 28.241 (2015 - R\$ 28.241) relativa ao pagamento baseado em ações de exercícios anteriores a 2012 para o qual não havia acordo de repagamento.

21) Transações com partes relacionadas

(a) Empresas controladoras, controladas e outras partes relacionadas

As transações realizadas entre o Banco e partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, com controladores (1), entidades com controle conjunto ou influência significativa (2), controladas (3), coligadas (4), pessoas-chave da Administração (5), e com outras partes relacionadas (6) estão representadas por:

	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Aplicações no mercado aberto	-	894	-	2.782
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (6)	-	894	-	2.782
Instrumentos financeiros derivativos	(284.426)	(2.918.297)	(220)	(945.679)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)	(284.444)	(2.912.161)	1.633	(964.102)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (6)	(7.622)	(17.850)	1.566	19.234
Goldman Sachs Participações Ltda. (4)	7.639	11.714	(3.419)	(811)
Valores a receber por negociação e intermediação de valores	66	10.411	59.304	-
Goldman Sachs International (4)	47	10.312	59.249	-
Goldman, Sachs & Co. (4)	-	2	-	-
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (6)	19	97	55	-
Outros valores a receber	72.241	347.560	95.433	322.341

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

Goldman, Sachs & Co. (4)	20.656	64.115	29.114	67.874
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	3.322	-	12.283	-
Goldman Sachs International (4)	45.539	261.255	52.622	237.424
Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (4)	265	3.025	458	3.557
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (6)	338	2.060	474	3.799
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)	71	946	138	1.448
J. Aron & Company (4)	592	1.460	178	973
Goldman Sachs Participações Ltda. (4)	134	493	115	373
Goldman Sachs Bank AG (4)	-	-	-	127
Goldman Sachs (Asia) L.L.C. (4)	170	201	-	-
Goldman Sachs Japan Co., Ltd. (4)	1.059	-	-	-
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (4)	-	14.005	-	6.766
Outros valores a receber de partes relacionadas (4)	95	-	51	-
Depósito a prazo	(50.597)	(21.160)	(141.533)	(25.315)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)	(21.003)	(11.640)	(113.433)	(20.067)
Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (4)	(12.319)	(1.706)	(10.621)	(1.093)
Goldman Sachs Participações Ltda. (4)	(17.275)	(2.172)	(17.479)	(1.436)
Goldman Sachs & Co. (4)	-	(5.642)	-	(2.719)
Captações no mercado aberto	(100.550)	(9.167)	(86.045)	(3.520)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (6)	(100.550)	(9.167)	(86.045)	(3.493)
Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)	-	-	-	(27)
Valores a pagar por negociação e intermediação de valores	(70.175)	-	59.431	10.488
Goldman Sachs International (4)	(70.140)	-	59.372	9.920
Goldman, Sachs & Co. (4)	-	-	-	1
Sphere Fundo de Investimento Multimercado – Investimento no Exterior Crédito Privado (6)	(35)	-	59	567
Juros sobre o capital próprio	(59.500)	-	(59.500)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(59.440)	-	(59.440)	-
Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C. (1)	(60)	-	(60)	-
Outros valores a pagar (i)	(82.557)	-	(99.056)	(17.898)
Goldman Sachs Chile Limitada (4)	(104)	-	-	-
Goldman Sachs Group & Companhia, S. de R.L. de C.V. (4)	(571)	-	(147)	-
Goldman Sachs (Asia) L.L.C. (4)	-	-	(831)	(765)
Goldman Sachs & Co. (4)	(4.407)	-	(3.069)	(7.540)

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(77.393)	-	(92.890)	-
J. Aron & Company (4)	(53)	-	-	-
Goldman Sachs Paris Inc. et Cie (4)	-	-	-	(5.752)
Goldman Sachs Intl. Johannesburg (4)	-	-	(2.055)	(2.046)
Goldman Sachs International (4)	-	-	-	(1.795)
Outros valores a pagar de partes relacionadas (4)	(29)	-	(64)	-
Empréstimos no exterior	(1.668.159)	134.673	(1.138.165)	(364.759)
The Goldman Sachs Group, Inc (1)	(1.668.159)	134.673	(1.138.165)	(364.759)
Capital Social	(1.383.596)	-	(1.383.596)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(1.382.213)	-	(1.382.213)	-
Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C. (1)	(1.383)	-	(1.383)	-

(i) Outros valores a pagar referem-se a reembolsos de despesas junto a partes relacionadas. Principalmente, o repagamento do plano de incentivo de ações (RSU). As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

(b) Remuneração de pessoas-chave da Administração

Foram considerados pessoas-chave da Administração os membros do Comitê Executivo e/ou diretores estatutários que não fazem parte desse comitê.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Benefícios	1.455	33.947
Salários	6.226	11.633
Encargos sobre folha	2.433	15.230
Plano de previdência privada	132	248

Benefícios referem-se, principalmente a férias, décimo terceiro salário, participação sobre o lucro, gratificações e pagamento baseado em ações.

22) Plano de previdência privada e de incentivo de ações

(a) Plano de previdência privada

O Conglomerado oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado contribuiu com R\$ 3.004 (2015 – R\$ 3.058) para o fundo de previdência, dos quais R\$ 132 (2015 – R\$ 248) referem-se às contribuições relativas às pessoas-chave da Administração, conforme nota 21 (b).

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

(b) Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Conglomerado, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs).

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuros são reconhecidos como despesa (ex, prêmios adquiridos, incluindo prêmios concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuros são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. As entidades pertencentes ao Conglomerado pagam dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo RSUs.

• Unidades de ações restritas

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados das entidades pertencentes ao Conglomerado de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos.

As RSUs são emitidas em dólar americano e convertidas para reais pela taxa PTAX de venda divulgada pelo BACEN para 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

A movimentação das RSUs para 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está demonstrada a seguir:

<u>Movimentação pela quantidade de ações:</u>	2016		2015	
	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (Nº de ações)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (Nº de ações)	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (Nº de ações)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (Nº de ações)
Quantidade no final do ano anterior	33.875	128.191	58.842	161.980
Outorgada ⁽¹⁾⁽²⁾ (<i>granted</i>)	21.450	23.099	18.570	18.603
Prescrita (<i>forfeited</i>)	(1.840)	(1.347)	(728)	(1.005)
Entregue ⁽³⁾ (<i>delivered</i>)	-	(76.791)	-	(92.887)
Adquirida por direito ⁽²⁾ (<i>vested</i>)	(27.940)	27.940	(41.206)	41.206
Transferida entrada/(saída) (<i>transfers</i>)	(269)	(6.792)	(1.603)	294
Quantidade ao final do exercício	25.276	94.300	33.875	128.191

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

<u>Movimentação pela média ponderada</u>	2016		2015	
	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (Média ponderada)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (Média ponderada)	Requer serviço futuro (<i>unvested</i>) (Média ponderada)	Não requer serviço futuro (<i>vested</i>) (Média ponderada)
Média no final do ano anterior*	474,06	459,61	505,74	514,00
Outorgada ⁽¹⁾ ⁽²⁾ (<i>granted</i>)	444,26	450,12	644,99	627,32
Prescrita (<i>forfeited</i>)	471,31	453,73	577,82	575,60
Entregue ⁽³⁾ (<i>delivered</i>)	-	446,96	-	483,67
Adquirida por direito ⁽²⁾ (<i>vested</i>)	455,47	455,47	511,32	511,32
Transferida entrada/(saída) (<i>transfers</i>)	476,97	477,01	549,96	340,58
Média ao final do exercício	469,68	465,00	567,99	550,67

* O “saldo ao final do exercício” para o ano de 2015 difere do “saldo no final do exercício anterior” em 2016, para fins dessa divulgação, em função da PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2016 ser diferente da PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2015.

- (1) A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 446,76 (31 de dezembro de 2015: R\$ 633,09). O valor justo da RSUs outorgada em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 inclui um desconto de liquidez (liquidity discount) de 9,59% e 7,82% respectivamente para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.
- (2) O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 15.000 (31 de dezembro de 2015: R\$ 19.560).
- (3) A média ponderada na data de entrega das RSUs entregues em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 492,60 (31 de dezembro de 2015 R\$ 700,11).

Em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, o Conglomerado registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi registrado na rubrica “Despesas de pessoal” o montante de R\$ 10.130 (2015 – R\$ 44.640) referente a amortização dos prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão em “Outras Obrigações - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas”.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 15.653 (2015 – R\$ 20.732), registrado na rubrica “Despesas de pessoal”.

Considerando o contrato de repagamento assinado em 30 de junho de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 77.300 (2015 – R\$ 92.794). Em 31 de dezembro de 2016, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”, é de R\$ 33.944 (2015 – R\$ 44.273).

23) Outras informações

(a) Passivos contingentes e obrigações legais

- **Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível**

Em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2016, não há provisão para contingências trabalhistas classificadas como perda de risco provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos (2015 – R\$ 974).

As contingências trabalhistas classificadas como possíveis com base nos pareceres emitidos pelos advogados externos responsáveis pela condução das ações totalizam R\$ 4.558 (2015 – R\$ 2.801).

- **Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível**

O Conglomerado é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 314 (2015 – R\$ 297); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da venda de ações no IPO da BOVESPA no valor de R\$ 3.727 (2015 – R\$ 3.544); (c) PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela Nova Bolsa S.A. no valor de R\$ 10.439 (2015 – R\$ 9.915); e (d) IRPJ relativo aos anos-calendários de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 6.329 (2015 – R\$ 7.055), atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

(b) Cláusula para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Conglomerado tem celebrado com certas contrapartes Contratos Globais de Derivativos (“CGD”) que possuem cláusulas de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, conforme alterada. Tais cláusulas estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações de derivativos vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos CGDs contendo cláusulas de compensação é feito na CETIP. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

(c) Receitas de prestação de serviço

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

	2016	2015
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica (1)	342.165	431.680
Rendas de administração de fundos de investimentos (2)	5.651	11.382
Rendas de comissões de colocação de títulos	-	2.817
Rendas de corretagens de operações em bolsas	57.351	54.069
Total	405.167	499.948

- (1) Referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas às partes relacionadas no valor de R\$ 324.875 (2015 – R\$ 296.593), rendas de serviços de consultoria e assessoria financeira no valor de R\$ 20 (2015 – R\$ 116.661), e a receitas com taxas de *clearing* prestadas a ligadas no valor de R\$ 17.270 (2015 – R\$ 18.426).
- (2) Rendas de administração de fundos de investimentos incluem R\$ 3.006 (2015 – R\$ 5.190) de receita com partes relacionadas.

(d) Despesas de pessoal

Despesas de pessoal referem-se a:

	2016	2015
Despesa de pessoal - Proventos	159.129	225.747
Despesa de pessoal - Encargos	79.865	83.939
Despesa de pessoal – Benefícios e treinamentos	19.566	19.419
Despesa de remuneração - Estagiários	1.447	1.467
Outros	-	781
Total	260.007	331.353

(e) Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2016	2015
Aluguel	20.068	25.949
Serviços do sistema financeiro	15.687	16.466
Processamento de dados	7.921	4.187
Depreciação e amortização	7.864	20.799
Viagens	6.723	10.994
Serviços técnicos especializados (1)	5.647	23.640
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	4.814	5.411
Serviços de terceiros	3.984	3.494
Materiais, manutenção e conservação de bens	3.713	5.868
Seguros, vigilância e segurança	3.630	1.325
Promoções e relações públicas	1.152	1.378
Outras despesas administrativas	6.571	8.649
Total	87.774	128.160

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

- (1) Em 31 de dezembro de 2015 os serviços técnicos especializados incluem serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas no valor de R\$ 8.887.

(f) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	21.606	26.178
Despesas de contribuição ao COFINS/PIS/PASEP	25.201	26.221
Despesas tributárias - IOF	428	649
Outras contribuições	1.886	-
Total	<u>49.121</u>	<u>53.048</u>

(g) Outras receitas operacionais

Referem-se, substancialmente, às receitas de variação cambial sobre saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 43.155 (2015 – R\$ 50.356) e à reversão de provisões constituídas em exercícios anteriores no montante de R\$ 15.843 (2015 – R\$ 4.375).

(h) Outras despesas operacionais

Referem-se, substancialmente, às despesas de variação cambial sobre saldos a pagar registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 35.148 (2015 – R\$ 48.686).

(i) Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no “Instrumento Particular de Aluguel de Ativos”, firmado na data de 28 de junho de 2013, entre o Banco e a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. e Goldman Sachs Participações Ltda. (“partes relacionadas”), (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito nos “Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais”, firmados na data de 04 de fevereiro de 2013 entre o Banco e partes relacionadas, no montante de R\$ 1.670 (2015 – R\$ 2.005), (iii) sublocação de imóvel, conforme descrito nos “Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais” para terceiros no montante de R\$ 1.483 (2015 – R\$ 3.137), e (iv) em 31 de dezembro de 2015, reconhecimento de despesa resultante do inventário físico conduzido durante o exercício de 2015, em contrapartida da rubrica contábil de Imobilizado de Uso, no montante de R\$ 4.581.

Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

(j) Plano de benefícios a funcionários

Em 25 de junho de 2015, foi emitida a Resolução nº 4.424, que regulamenta o registro contábil e a evidenciação de benefícios a empregados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A adoção da referida regra ocorreu em 1º de janeiro de 2016, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (CPC 33), aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 07 de dezembro de 2012.

A Administração do Conglomerado, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício de 2016.

24) Limites Operacionais

(a) Índice de Basileia e de imobilização

O Conglomerado adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2016, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial é de 24,87% (2015 – 19,78%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.381.820 (2015 – R\$ 1.268.905).

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2016 é de 2,22% (2015 – 0,78%).

* * *